

## **PT, DEMOCRACIA E SOBREVIVÊNCIA**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo, 09.02.1982*

A recente discussão sobre “voto útil” e sobre o que se pode esperar das eleições de 1982, entre representantes do PT e do PMDB, demonstra que a prioridade fundamental do Partido dos Trabalhadores é a sobrevivência, ficando o problema da democracia em segundo plano, na medida em que fazer a troca entre uma democracia eventual e a sobrevivência concreta não valeria a pena.

Diante do pacote de novembro só havia duas alternativas para o PT: incorporar-se provisoriamente ao PMDB ameaçando sua sobrevivência futura, ou lançar candidatos próprios em todos os níveis. O PT não teve dúvida alguma. Optou pela segunda alternativa. Preferiu garantir, sua sobrevivência imediata.

A racionalização que justifica esta opção é clara. O PT não acredita que as eleições de 1982 impliquem afinal no rompimento do regime autoritário e na implantação da democracia no Brasil, e prefere, portanto, encará-las apenas como uma oportunidade para organização das bases populares. Os membros do PT não percebem ou não interessam pelo fato de que uma vitória nas eleições de 1982, não apenas para a Câmara dos Deputados, mas também para o Senado, garantirá às oposições o controle do Colégio Eleitoral. E que a vitória nas eleições para governador nos principais estados é essencial para consolidar politicamente o provável controle do Colégio Eleitoral que elegerá o Presidente da República em 1984.

Enfim, uma vitória global das oposições (e não apenas a Câmara dos Deputados) estabelecerá as bases institucionais para o pacto social democrático que desde 1977 vem se delineando no Brasil. Fará com que haja correspondência entre a sociedade civil, que se democratizou, e o Estado, que permanece rançosamente autoritário nas mãos de uma cúpula militar e do PDS.

O PT não percebe este fato elementar, ou se o percebe prefere chamar o fenômeno “conciliação de elites”, conforme as palavras do prof. Francisco Weffort (Folha de S. Paulo 6/2/82)

Esta última idéia esclarece a posição do PT. Para este partido a chegada do PMDB e do PP ao governo federal não é importante. De acordo com essa visão, não há diferença significativa entre o que chamam de “oposição liberal burguesa” e o Governo. A dominação continuará da burguesia.

De fato, embora seja insustentável classificar também o PMDB simplesmente de “oposição liberal burguesa” quando se sabe que nesse partido existem, além de uma burguesia liberal semelhante à do PP, fortes setores de esquerda, é certo que uma vitória das oposições no Brasil não trará o socialismo para o país.

Mas trará a democracia. E o restabelecimento e aperfeiçoamento da democracia, inicialmente política e em seguida social, é a prioridade fundamental no Brasil. É a prioridade fundamental na sociedade civil brasileira. É a prioridade das esquerdas não comprometidas com o PT.

O PT, entretanto, prefere sustentar a racionalização radical de que pouco se pode esperar das eleições de 1982, e, portanto que o melhor caminho é organizar as bases e garantir sua sobrevivência. Nas palavras do prof. Francisco Weffort, “o PT não acredita, por razões de análise e observação dos fatos, que o regime venha a se romper com os resultados das eleições. Por isso 1982 “em particular significa a oportunidade de consolidação do próprio PT como partido político”.

Esta é evidentemente uma racionalização insustentável para justificar uma tomada de posição compreensível. Diante do pacote de abril não era razoável para o PT trocar as vantagens democráticas reais, mas não garantidas da incorporação ao PMDB pela sua própria sobrevivência imediata. Por isso optou pela segunda alternativa, e não porque nada se pode esperar de uma vitória das oposições em 1982.(09/02)